

EMENTA DE CURSO ON-LINE

1. **Nome do curso:** Dispensa e Inexigibilidade de Licitação
2. **Objetivo Geral:** Capacitar servidores sobre as hipóteses mais relevantes de contratação direta por dispensa e inexigibilidade de licitação à luz da legislação pertinente, bem como decisões do TCU e TCE.
3. **Carga Horária:** 20 horas/aula.
4. **Conteúdo Programático:**
 - ✓ Distinção entre Licitação e Compra Direta.
 - ✓ Dispensa e Inexigibilidade de Licitação, conceito de acordo com a legislação vigente.
 - ✓ Requisitos para formalização dos processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.
 - ✓ Legislação e decisões do TCE e TCU, pertinentes a Dispensa e Inexigibilidade de Licitação.
 - ✓ Desenvolvimento (Raciocínio) criativo/ resolução de problemas.
5. **Metodologia:**

Metodologia de Ensino: As aulas serão baseadas em exposições dialogadas e prática com os aplicativos Microsoft Teams. O curso será realizado com uso da ferramenta Microsoft Teams, uma plataforma unificada de comunicação e colaboração que combina bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos. O tutor e alunos estarão no mesmo horário na plataforma, sendo a aula transmitida ao vivo e ficando também uma gravação para quem desejar assistir novamente. O aluno terá acesso a apostila também dentro da ferramenta Microsoft Teams.

Metodologia de Avaliação de Aprendizagem: Ao término do curso, os alunos serão avaliados na própria ferramenta Microsoft Teams por meio de prova online com 10 (dez) questões, sendo 01 (um) ponto por questão, cuja nota mínima para aprovação do curso é 07 (sete) pontos. A primeira prova estará disponível no 1º dia útil imediatamente posterior ao fim do curso. A segunda prova (opcional e de recuperação de nota) estará

disponível no 2º dia útil imediatamente posterior ao fim do curso. A chamada será feita no horário da aula ao vivo por meio de recursos da ferramenta Microsoft Teams.

6. Bibliografia:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Portal da Legislação - Planalto.

Lei 8.666/93 e alterações. Portal da Legislação - Planalto.

Decreto 42.048, de 17 de agosto de 2015, texto atualizado. Alepe Legis PE.

Márcio Santos de Barros- 502 Comentários sobre Licitações e Contratos Administrativos, 2ª Edição. Editora Nova Dimensão Jurídica, 2011, p 199,219,220,224-225.

Di Pietro Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo.14 ed. São Paulo:Atlas,2002, p 310,320-321.

Apostila – Instrução do Processo de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – Requisitos e Elementos - José Vieira de Santana. Abril 2016.

Decisões do Tribunal de Contas da União - TCU e Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. TCE.

Boletins da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco - PGE/PE.

Leis, Decreto, MP e Portarias - Portal da Legislação - Planalto.

Leis, Decretos. Alepe Legis PE.

Covid -19 Excepcionalmente abordaremos casos de licitação dispensada em decorrência da Pandemia causada pelo Covid 19, por ter sido inclusive reconhecido como estado de calamidade pública, nosso estudo está pautado na Lei Federal, com maior enfoque na legislação estadual tendo como norte o boletim da PGE/PE, março de 2020.